

Propositalmente, não reli nem *Grande Sertão: Veredas*, nem seus intérpretes que prezo, para que só dispusesse das idéias provocadas pelo livro de Willi Bolle.

LUIZ COSTA LIMA

Riobaldo: culpa e luto

Apresenta-se aqui o esboço da análise que merece o *grandesertão.br*, de Willi Bolle. Falamos em merecimento porque o livro a ser comentado é, ao mesmo tempo, o estudo mais minucioso de *Grande Sertão: Veredas*, assim como o mais eloqüente sintoma do caráter dominante dos estudos literários no país. Embora os dois aspectos se entrelacem, para sua melhor compreensão quase sempre os trataremos em separado.

A tese, que se desdobra por 446 páginas, formula-se ainda no “Prefácio”: a “rede ficcional [que] serve de *médium* para observar e investigar a rede dos discursos sobre o país” converte a máxima obra rosiana em “o romance de formação do Brasil” (p. 9). Ao passo que a expressão original, *Bildungsroman*, empregada a propósito do *Wilhelm Meister* (1795-96), ressalta a formação de uma individualidade e deixa em segundo plano o horizonte dos efeitos da Revolução Francesa, que lhe era contemporâneo, Bolle, a partir do romance rosiano, inverte as variáveis social e

LUIZ COSTA LIMA é professor de Literatura Comparada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da PUC-Rio e autor de, entre outros, *O Redemunho do Horror. As Margens do Ocidente* (Planeta).

grandesertão.br, de Willi Bolle, São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2004, 478 p.



individual, tal como fixadas na crítica alemã e européia. Ou seja, o *Grande Sertão* não seria a simples contravertente da obra de Goethe, senão que seu modo de abordá-lo permitiria uma reviravolta analítica: “É a figura do narrador que proporciona o salto qualitativo de *Grande Sertão: Veredas* como romance de formação do indivíduo para o romance de formação do país” (p. 378).

Para a consecução de sua tese, lança mão de uma hipótese de fato fecunda: o livro de Guimarães Rosa “pode ser lido como um processo aberto contra o modo como o autor de *Os Sertões* escreve a história. Essa questão será discutida aqui à luz de uma característica de construção comum aos dois livros: o *topos* da história como tribunal” (p. 35); como uma reescrita crítica porque “as questões estruturais mal resolvidas no livro de Euclides – o modo de narrar, a figura do narrador e o problema moral – são radicalmente reelaboradas em *Grande Sertão: Veredas*” (p. 39). Em poucas palavras; enquanto o narrador de Euclides vê o sertanejo de fora e sua simpatia por ele choca-se com o ponto de vista científico que o condena à extinção, em Rosa, “a interação [...] entre a ação guerreira e a retórica política é investigada da perspectiva de um *jagunço letrado*” (p. 43), de alguém, portanto, que dialoga com a condição a que pertence(u). Ao contrário, o “narrador sincero” euclidiano denuncia o crime que se cometera contra os adeptos de Conselheiro, ao mesmo tempo que o justifica em nome da ciência e da nacionalidade: “Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aquele rudes compatriotas retardatários” (Cunha, 1902, p. 499 – “A Luta – Nova Fase da Luta”).

Guimarães Rosa, seu leitor (*), contrapõe à narrativa linear de *Os Sertões*, comandada por um equivocado racionalismo evolucionista, uma escrita labiríntica, que lhe propicia “um alto grau de reflexividade” (p. 83). A conversa que Riobaldo entretém com o doutor da cidade é de alguém que

participou do que fala, estando agora na situação de um “dono do poder”. Daí advirá a parte maior de sua culpa. Mas, antes de abordá-la, cabe apontar para o desenvolvimento que o autor dará ao tipo de escrita rosiana. “O discurso labiríntico de Guimarães Rosa representa o modo como um cérebro trabalha” (p. 85). A frase poderia ser considerada ociosa, portanto desnecessária, se Bolle não associasse seu enunciado à técnica do hipertexto. O labiríntico, como sabe o autor, tem uma longa história não só no mito como na literatura, que dispensaria a referência à técnica eletrônica de que o *Grande Sertão* é tomado como precursor. Ela seria, portanto, disfuncional caso não parecesse estar antecipando uma resposta a um problema que só será proposto no fim deste esboço: a função que a linguagem teria na obra. Por enquanto, deixemos as coisas assim e passemos adiante.

Narrador que narra de dentro ou relator de uma autobiografia ficcional, ex-jagunço transformado em proprietário, Riobaldo, o “jagunço letrado”, não vence a culpa que o corrói. É para compreendê-la que Bolle se esmera em reunir os fragmentos de sua fala, em decodificar sua criptografia. Pois, passando a limpo sua vida para aquele que o escuta, Riobaldo percebe que ela nunca estará a limpo. Acompanhemos sumariamente o que, de sua parte, Bolle faz com exatidão.

Filho natural e afilhado de um homem de posses, seô Selorico Mendes, Riobaldo procurava fugir da miséria das plebes rurais por tornar-se jagunço. O fato de ter tido professor não seria suficiente para livrá-lo da condição de despossuído. Sua iniciação, bem observa Bolle, cumpre-se em seqüência aos quatro pontos cardinais. Segue primeiro para o Norte, sob a chefia de Medeiro Vaz – aquele que procurará mudar o mapa da sociedade queimando sua própria casa-grande – tenta a travessia do Liso do Sussuarão, o verdadeiro centro de gravidade do *Grande Sertão*. O fracasso da iniciativa, apesar do caráter mítico de quem o comanda, destaca tanto o caráter não utópico-idealizado da obra, como a insuficiência que ainda marca Riobaldo. Sua apren-

* Willi Bolle se depara com a dificuldade de, não estando publicadas as notas de leitura de João Guimarães Rosa, seu único comentário publicado sobre a presença do sertanejo em Euclides da Cunha ser pouco esclarecedor. Reconhecer ter sido Euclides “quem tirou à luz o vaqueiro, em primeiro plano e como o essencial do quadro – não mais mero paisagístico, mas ecológico [...]” (Rosa, 1952, p. 125), não era novidade. Apenas no final do texto há uma insinuação de crítica a *Os Sertões*: “Não sabemos, num nosso país que ainda constrói sua gente de tantos diversos sangue, se ele será, o sertanejo, a ‘rocha viva de uma raça’, o ‘cerne de uma nacionalidade” (Rosa, 1952, p. 142).

dizagem, a realizar-se pelos outros pontos cardinais, dele exigirá a experiência da fuga das tropas do governo, a capacidade de estabelecer aliança com outros bandos de jagunços e reconhecer a retórica da falsidade de Zé Bebelo; estará ainda obrigado a saber que os representantes do lado bom, Joca Ramiro, Joãozinho Bem-Bem, Medeiros Vaz eram incapazes de vencer a encarnação do mal, os Ricardões e os Hermógenes, para não falar da própria insuficiência da oposição do bem que representam quanto ao mal. Tal aprendizagem, contudo, tampouco basta para conhecer o que se apresentava como o bem “moderno”, isto é, o que traria a ordem do Estado, impondo-se sobre a condição de guerra permanente em que se empenham fazendeiros e os jagunços que contratam. Mas não só Riobaldo descobre que Zé Bebelo apenas procura fazer carreira política, como a própria eloquência do candidato a deputado não é suficiente para vencer a jagunçagem tradicional. Seu julgamento, por iniciativa do chefe bom, Joca Ramiro, apresenta, como assinala Bolle, um dos pontos capitais do romance. Por ele, tem o leitor condições de perceber a “*relação entre o discurso da jagunçagem como instituição e o discurso mediador do narrador rosiano, que faz parte dessa estrutura, ao mesmo tempo que se distancia criticamente dela*” (p. 124). Pois é o inédito julgamento no sertão que permite que se veja a insuficiência da distinção entre os chefes maus, os falsos renovadores e os bons. Independente de suas condutas pessoais na condução das guerras que procuram, todos pertencem ao “sistema jagunço [que] não retrata um poder paralelo, mas o poder” (p. 125). Comprova-o o próprio Riobaldo. Embora se afaste de Zé Bebelo, depois de atinar que sua diferença estava apenas nas palavras, bonitas mas ocas, constata que todos os chefes legitimam a guerra dos bandos, na qual o jagunço é sempre “homem muito provisório”, porquanto à mercê do “sujeito da terra definitivo”, isto é, o fazendeiro. É a compreensão lenta e complicada da instituição de que fazia parte que leva Riobaldo à decisão de pactuar com o Demo. Quando

ainda estava sob a chefia de Zé Bebelo, tivera a oportunidade de travar contato com um dos tantos fazendeiros, siô Habão, que não escondia seu propósito de recrutar os jagunços para mão-de-obra de que sua propriedade carecia. Que o distinguiu a si e a seus companheiros de armas, temidos, cruéis e provisoriamente poderosos, senão uma tênue linha, facilmente cortada? Ao se decidir por ser pactário, Riobaldo arrisca-se a questionar o imaginário em que se socializara. Por isso, pactário, Riobaldo torna-se aquele que procura incutir em si a coragem de, tendo o seu próprio bando, confrontar-se com Hermógenes. A menos que se entenda o pacto como uma encenação para impressionar o inimigo, ele opera uma homeopatia: infunde o mal em si para ter coragem de enfrentar o mau. “O pacto com o Diabo é encenado como se fosse uma batalha contra o medo [...], mas trata-se apenas de uma batalha figurada, um *ersatz* da luta contra o Hermógenes que não ocorre, um ritual para exorcizar o próprio medo” (p. 252). Daí a origem da culpa que testemunhará a seu interlocutor. “Ao tomar consciência do mal dentro de si, Riobaldo sente medo de, no futuro, ‘ter de pagar’ por seus desmandos, ‘com graves castigos’” (p. 253). Mas a relação do pacto com a vitória sobre o medo tem ainda outro aspecto. Desde a cena inicial da primeira travessia, efetuada no começo do *Grande Sertão*, quando Riobaldo vira pela primeira vez aquele que será o desditado Diadorim, “não estão em jogo apenas o medo e a coragem, mas também o amor” (p. 254). O medo do amor de/por Diadorim. É claro que o ocultamento da definição sexual de Diadorim, futuro companheiro de armas, que só na morte se definirá como mulher, explica o temor de Riobaldo. Se posterior ao pacto é a derrota de Hermógenes, também lhe é posterior – e intimamente associado à derrota! – a declaração do amor diferido e, afinal, interditado. O medo do inimigo era também medo do amor. A vitória sobre o inimigo é correlata ao selo da interdição amorosa. Nem por isso, entretanto, o *Grande Sertão* assume uma direção trágico-amorosa. E isso porque ambas as conse-

qüências são indispensáveis para a mudança de fortuna de Riobaldo: ele não só se livra do Hermógenes inimigo, mas, estando agora morto(a) Diadorim, já não há empecilho para que se case com sua prometida, Otacília, filha de rico fazendeiro. O ex-jagunço se torna então um “homem definitivo” – acentue-se, mesmo que aqui não se explore, a ambigüidade que se concentra no termo “homem”. Eis por que à sensação de culpa que perpassa sua “autobiografia” se associa o discurso do luto. Há todo um jogo oximorônico que não podemos explorar: o pacto fora a condição para a sua travessia para o lado... bom; isto é, para abandonar a condição de homem “muito provisório” para a de proprietário; aí instalado, o ex-jagunço é condenado à culpa enlutada; possuidor da posse, Riobaldo é possuído por uma presa que não o larga; livrar-se da miséria o põe para sempre diante da miséria. É tão forte o jogo do oximoro que, na continuação de sua obra, Guimarães Rosa imaginaria o que não coubera em seu romance: o estar em uma “terceira margem”.

Embora simplificando o tratamento e eliminando discussões importantes como a relação entre o discurso do jagunço letrado com a teoria do “contrato social”, salientamos o que é decisivo nessa visão de dentro do ex-jagunço Riobaldo, de sua percepção de o quanto a sua posição social estava próxima dos miseráveis, do medo que o motiva para o pacto luciferino, de suas dúvidas sobre se o pacto se cumprira, de o quanto a reflexão ficcional de Guimarães Rosa fora levada a cabo considerando a estrutura do poder efetivo no país. Nisso tudo apenas acompanhamos o trabalho de Willi Bolle. Concordamos ainda com a consequência de sua hipótese inicial: “Se Euclides da Cunha construiu uma historiografia em que a narração mitificada da Luta acaba enfraquecendo o poder analítico da parte estrutural que trata do Homem, a utilização do mito por Guimarães Rosa opera no sentido oposto” (p. 139); que, portanto, a utilização dos elementos míticos precisava ser desconstruída para, afinal, revelar-se o que o agora proprietá-

rio de terras não diz de maneira direta. Contudo a interpretação da passagem do Liso do Suassurão apresenta o momento de nossa divergência.

Não parece ocasional que nenhum mapa o localize: “O Liso é o lugar dos extremos” – extremos, Bolle explica, no sentido geográfico, “centro geográfico do país, na trijunção dos estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás”, no sentido existencial, “onde o ser humano é posto à prova” e ainda no sentido simbólico, “representando os limites do conhecimento” (p. 67). Concordamos ser correto afirmar-se que “a vitória de Riobaldo sobre o Hermógenes, na batalha sangrenta do Paredão, em que muitos de seus jagunços morrem, é o prêmio que lhe permite retirar-se da jagunçagem e estabelecer-se como um latifundiário remediado e respeitado” (p. 183). Daí, entretanto, não se infere que se possa reduzir a travessia a “um estratagema para surpreender o Hermógenes, como se fosse um milagre” (p. 182); um faz-de-conta em que o próprio Riobaldo descrê. Coerente com seu propósito, Willi Bolle reduz o sertão rosiano à sua dimensão sociopolítica. Assim interpreta a frase que cita “Sertão é dentro da gente” em um sentido puramente espacial, embora a sua própria continuação – “num sentido antropológico, o sertão é para o romancista a antipaisagem, mas também a arquipaisagem da civilização” (p. 314) – admitisse a exploração de outras dimensões, passíveis de ser relacionadas com o tríplice sentido de extremo do Liso. Que ele não o tenha feito, é um direito seu, mesmo pelo muito que sua análise já alcançara. Mas não deixa de ser questionável em nome de que não o faz. Ao dizê-lo, entramos, de modo ainda mais sucinto, na segunda parte deste esboço.

A partir do corretíssimo contraste com *Os Sertões*, o autor, fiel ao propósito de ler o romance rosiano como um “retrato” do país, o confronta com as interpretações sucessivas de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Oliveira Vianna, Celso Furtado, Raimundo Faoro, Darcy Ribeiro. Admite-se que desses paralelismos, sobretudo com *As Insti-*

tuições Políticas Brasileiras (1949) e *Os Donos do Poder* (1958), resultam esclarecimentos bastante importantes para a decodificação da conversa de Riobaldo. Por eles, o que permanecesse obscuro ou mesmo insuficiente nas explicações do ex-ja-gunço é passível de agora tornar-se meridiano. O *Grande Sertão* então se reduz a um “retrato” que corrobora o que “retratos” anteriores já nos tinham feito saber; corroboração de que seu objeto é uma nação dilacerada, e não porque o litoral se oponha ao sertão, senão porque o poder é um só e, quer nas cidades, quer nos ermos, gera multidões de párias e excluídos. O próprio autor reconhece o problema da conclusão: “O estudo de Walnice (Galvão) sobre a ‘plebe rural’ e o ‘inútil utilizado’ é uma síntese muito elucidativa, porém as informações dos sociólogos e historiadores predominam totalmente sobre as do romancista, como se este fosse apenas corroborá-las” (p. 292). Contudo sua resposta é insuficiente: “A observação participante do narrador rosiano tem traços em comum com o trabalho de campo do antropólogo ou do sociólogo, mas difere pelo engajamento existencial, de vida ou morte” (p. 294). Então, fora o que já poderíamos saber pelos autores citados, o *Grande Sertão* apenas acrescenta o “engajamento existencial” de figuras de papel?!

Wille Bolle tem o mérito, muito raro entre os estudiosos de mesma direção, de

reconhecer a função do ficcional. Permanece, contudo, fundamentalmente filiado à abordagem documentalista que tem marcado a literatura e os estudos literários latino-americanos e brasileiros, desde o século XIX (cf. a propósito: Echevarría, 1990; Sússekind, 1990). Por isso não estranha que o paralelismo com os mais famosos “retratos” do país reduza o romance rosiano a corroborador de seus resultados. Assim sucede mesmo porque, do ponto de vista do estrito conhecimento, a arte é uma metáfora do conhecimento (Hermann Broch). A contribuição de Bolle é valiosa em mostrar “que existe uma correspondência entre um problema político e social – a falta de entendimento entre as classes – e a configuração da obra” (p. 21). Sua dificuldade não teria começado em não se indagar sobre as dimensões do sertão rosiano e em não considerar que a questão do mal, em Guimarães Rosa, se estende além de sua incidência social? Talvez por isso tenha recorrido à comparação (infeliz) do texto labiríntico de Rosa com a técnica do hipertexto. Por isso, glosando um crítico inglês, confinou o “*irreducible excess*” do ficcionista ao “*limited discourse of rational non-fictional prose*” (Watts, 1996, pp. 58-9). Lamentaremos a sua coerência?

A melhor prova de que a divergência afirmada não me faz negar a importância do *grandesertão.br* está na própria composição deste esboço de análise.

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, E. da. *Os Sertões* (1902). Edição crítica de Walnice Galvão. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ECHEVARRÍA, R. G. *Myth and Archive. A Theory of Latin American Narrative* (1990). Durham e Londres, Duke University Press, 1998.
- ROSA, G. “Pê-Duro, Chapéu-de-couro” (1952). Republ. in *Ave, Palavra*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.
- SÜSSEKIND, F. *O Brasil Não É Longe Daqui*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990
- WATTS, C. “Heart of Darkness”, in J. H. Stape (ed.). *The Cambridge Companion to Joseph Conrad*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 45-62.